

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG2A1

A inteligência artificial (IA) está transformando a maneira como as políticas públicas são formuladas e implementadas em todo o mundo. A sua capacidade de processar grandes volumes de dados em alta velocidade e identificar padrões complexos oferece oportunidades para a melhoria da eficiência e da eficácia das ações governamentais, desde a otimização de serviços públicos até a formulação de políticas baseadas em evidências. Assim, a IA passou a ser considerada uma ferramenta essencial para os governos enfrentarem diversos desafios contemporâneos, como as mudanças climáticas e questões de saúde pública e segurança.

Uma das principais áreas de impacto da IA nas políticas públicas é a gestão de recursos públicos. As aplicações de IA podem analisar grandes quantidades de dados financeiros e operacionais, a fim de identificar ineficiências e desperdícios, e permitir uma melhor alocação de recursos. Além disso, essas tecnologias proporcionam a automação de processos burocráticos, para reduzir custos operacionais e possibilitar que os servidores públicos atuem em tarefas de maior valor agregado.

O Poder Judiciário é outro setor em que a IA tem um impacto crescente. As ferramentas são utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões, o que reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões judiciais. Contudo, isso leva a questões éticas e legais sobre a transparência e a imparcialidade dos algoritmos, bem como sobre o papel do ser humano na tomada de decisões judiciais.

De forma ampla, a administração pública é impactada pela IA, especialmente no que diz respeito à automação de processos e à análise de grandes volumes de dados. A análise de dados em tempo real permite que os gestores públicos tomem decisões mais informadas e respondam rapidamente a mudanças nas condições socioeconômicas. Contudo, a adoção da IA no setor público também exige uma reformulação das práticas regulatórias, para garantir que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa e que os riscos sejam adequadamente gerenciados.

Apesar dos diversos benefícios que a IA pode trazer para as políticas públicas, os desafios associados ao seu uso não podem ser ignorados. Questões controversas, como a discriminação algorítmica, a proteção da privacidade e de dados pessoais, a transparência e a responsabilidade, são fundamentais para o debate sobre a adoção de IA em políticas públicas.

Internet: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br>> (com adaptações).

Questão 1

De acordo com o texto CG2A1, a IA

- Ⓐ tem o potencial de substituir os servidores públicos em todas as tarefas.
- Ⓑ é considerada uma ferramenta essencial para a determinação dos desafios contemporâneos que devem ser enfrentados com prioridade.
- Ⓒ contribui para a eficiência e a eficácia das ações governamentais, dada a sua capacidade de processamento de dados e de identificação de padrões.
- Ⓓ é, atualmente, a melhor ferramenta para o incremento da eficiência e da eficácia das ações governamentais.
- Ⓔ formula políticas públicas baseadas em evidências.

Questão 2

Com base nas ideias do texto CG2A1 relativas às áreas impactadas pela IA, é correto afirmar que

- Ⓐ mudanças climáticas, saúde pública, segurança, gestão dos recursos públicos e justiça são as áreas que mais se beneficiam com o uso da IA.
- Ⓑ a utilização da IA no Poder Judiciário suscita questões éticas e legais.
- Ⓒ políticas sobre mudanças climáticas, saúde pública e segurança são as principais áreas escolhidas pelos governos para a aplicação da IA.
- Ⓓ a gestão dos recursos públicos e o Poder Judiciário são as áreas em que mais se utiliza a IA.
- Ⓔ o uso da IA na gestão de recursos públicos reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões.

Questão 3

No que diz respeito ao uso da IA na administração pública, conclui-se das informações do texto CG2A1 que

- Ⓐ a análise de dados em tempo real pode acarretar benefícios concretos.
- Ⓑ a reformulação das práticas regulatórias tem sido negligenciada pelos governantes.
- Ⓒ os desafios relacionados ao uso da IA requerem ainda mais atenção que os benefícios gerados por ela.
- Ⓓ a automação de processos e a análise de grandes volumes de dados ainda estão em teste no Brasil.
- Ⓔ os riscos do uso da IA, de maneira geral, não estão sendo bem gerenciados.

Questão 4

De acordo com o texto CG2A1, questões como a discriminação algorítmica, a proteção da privacidade e de dados pessoais, a transparência e a responsabilidade

- Ⓐ devem ser debatidas pela população antes de serem consideradas em políticas públicas.
- Ⓑ devem tangenciar o debate relativo à adoção de IA em políticas públicas.
- Ⓒ comprometem o bom uso da IA em políticas públicas.
- Ⓓ são indispensáveis no debate acerca da adoção de IA em políticas públicas.
- Ⓔ são polêmicas e não devem ser associadas ao uso de IA em políticas públicas.

Questão 5

No trecho “desde a otimização de serviços públicos até a formulação de políticas baseadas em evidências” (segundo período do primeiro parágrafo do texto CG2A1), a expressão “desde a... até a” poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência textual, por

- Ⓐ desde da... a.
- Ⓑ desde a... à.
- Ⓒ desde da... até à.
- Ⓓ desde à... à.
- Ⓔ de a... à.

Questão 6

Cada uma das seguintes opções apresenta uma proposta de reescrita para o primeiro período do segundo parágrafo do texto CG2A1. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção gramatical, mas altera o sentido do texto.

- A** A gestão de recursos públicos é uma das principais áreas de impacto da IA nas políticas públicas.
- B** Dentre as principais áreas de impacto da IA, nas políticas públicas, incluem-se a gestão de recursos públicos.
- C** A gestão de recursos públicos, nas políticas públicas, estão entre as principais áreas de impacto da IA.
- D** Nas políticas públicas, uma das principais áreas de impacto da IA são a gestão de recursos públicos.
- E** Uma das principais áreas de impacto da IA é a gestão de recursos públicos nas políticas públicas.

Questão 7

No segundo período do segundo parágrafo do texto CG2A1, a expressão “a fim de” introduz uma oração que expressa circunstância de

- A** conclusão.
- B** causa.
- C** consequência.
- D** finalidade.
- E** concessão.

Questão 8

Assinale a opção em que a proposta de reescrita para o segundo período do terceiro parágrafo do texto CG2A1 mantém a correção gramatical e a coerência das ideias do texto.

- A** As ferramentas utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões propõe-se a reduzir o tempo de tramitação dos processos, melhorando a consistência das decisões judiciais.
- B** As ferramentas são utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões. Reduzindo o tempo de tramitação dos processos e melhorando a consistência das decisões judiciais.
- C** A utilização das ferramentas para auxiliar juízes na tomada de decisões reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões judiciais.
- D** As ferramentas são utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões. O que reduz o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões judiciais.
- E** As ferramentas são utilizadas para auxiliar juízes na tomada de decisões, que reduzem o tempo de tramitação dos processos e melhora a consistência das decisões judiciais.

Questão 9

No trecho “que os benefícios sejam distribuídos de forma equitativa e que os riscos sejam adequadamente gerenciados” (último período do quarto parágrafo do texto CG2A1), as orações iniciadas pelo vocábulo “que” classificam-se sintaticamente como

- A** subordinadas adverbiais finais.
- B** subordinadas substantivas objetivas diretas.
- C** coordenadas sindéticas aditivas.
- D** subordinadas adjetivas explicativas.
- E** subordinadas adjetivas restritivas.

Questão 10

No último período do quarto parágrafo do texto CG2A1, a palavra “equitativa” está empregada com o mesmo sentido de

- A** positivista.
- B** legal.
- C** parcial.
- D** impessoal.
- E** justa.

Questão 11

Considerando as regras gramaticais relativas à concordância e à colocação pronominal, assinale a opção em que é apresentada uma proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o seguinte trecho do texto CG2A1: “os desafios associados ao seu uso não podem ser ignorados” (primeiro período do último parágrafo).

- A** não se podem ignorarem os desafios associados ao seu uso
- B** não podem ignorar os desafios associados ao seu uso
- C** não se podem ignorar os desafios associados ao seu uso
- D** não pode-se ignorarem os desafios associados ao seu uso
- E** não podem ignorarem-se os desafios associados ao seu uso

Questão 12

A correção gramatical do texto CG2A1 seria mantida, sem prejuízo de seu sentido, caso a expressão “ao seu uso” (primeiro período do último parágrafo) fosse substituída por

- A** em seu uso.
- B** mediante seu uso.
- C** por seu uso.
- D** com o seu uso.
- E** à seu uso.

Espaço livre

Texto CG2A2-I

BONS DIAS!

Eu pertenço a uma família de profetas, *après-coup*, *post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

No golpe do meio (*coupe do milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua) levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que, acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que ainda meu sobrinho) pegou de outra taça e pediu à ilustre assembleia que correspondesse ao ato que acabava de publicar brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo: fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Cai na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida, e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô, fico.

— Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo: tu cresceste imensamente. Quando nasceste eras um pirralho deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis: mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio: daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo, tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do céu.

Boas noites!

Questão 13

No texto CG2A2-I, o personagem-narrador

- Ⓐ apresenta a libertação do escravo como ato de iniciativa própria, independente da decisão governamental, por considerá-lo vantajoso para seus planos pessoais, não por justiça a Pancrácio.
- Ⓑ é um homem que tem a capacidade de antever acontecimentos, um profeta, propriedade divina que ele atribui a uma herança familiar.
- Ⓒ assume, em um contexto de transição do escravismo para o trabalho assalariado, um comportamento verdadeiramente abolicionista, de benfeitor.
- Ⓓ ressent-se de ter libertado o escravo em um ato *post factum*, o que, para ele, poderia comprometer sua superioridade moral e seu discernimento inusitados.
- Ⓔ vê-se como um importante representante da corte, que gosta de contribuir financeiramente para a realização de confraternizações com alguma causa social.

Questão 14

Considerando aspectos gramaticais, semânticos e de natureza narrativa do texto CG2A2-I, assinale a opção correta em relação ao seu terceiro parágrafo.

- Ⓐ No texto, o comentário do narrador-personagem acerca da simbologia do número “trinta e três” tem efeito narrativo jocoso e sugere a presença de religiosidade na imprensa da época.
- Ⓑ O segmento “a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor” pode ser reescrito, com correção e sem prejuízo semântico, como **em que meus amigos deram o nome de banquete**.
- Ⓒ O conectivo “conquanto” introduz oração subordinada que denota um fato contrário ao da afirmação contida na oração principal, anulando-o.
- Ⓓ No trecho “no intuito de lhe dar um aspecto simbólico”, o verbo “dar” é empregado com dois complementos e, no que se refere à significação, corresponde a **atribuir**.
- Ⓔ Em “as notícias dissessem trinta e três”, a forma verbal “dissessem” poderia ser substituída, sem prejuízo do sentido original, por **estimassem**, termo que seria coerente com o cálculo estimado pelo narrador — “umas cinco”.

Questão 15

Ainda a respeito do terceiro parágrafo do texto CG2A2-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ O vocábulo “intuito” é paroxítono, identificando-se, em sua sílaba tônica, um ditongo decrescente, e não um hiato, por isso considera-se incorreção ortográfica sua grafia com acento gráfico na letra **i** — **intuíto**.
- Ⓑ Por meio da expressão “em falta de outro melhor”, o personagem-narrador sugere que, no vocabulário da língua portuguesa, não há verbete que corresponda ao significado de “banquete”.
- Ⓒ A expressão “em falta de outro melhor” poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido e da correção gramatical, por **a falta de um melhor**.
- Ⓓ No segmento “Neste jantar”, o vocábulo “Neste” indica tempo passado distante e estabelece relação coesiva com o parágrafo anterior.
- Ⓔ A substituição da expressão “deram o nome” por **intitularam** ou **direcionaram** manteria tanto a correção gramatical do texto quanto a significação evocada pelo ato de **nomear**.

Questão 16

Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do segmento “e declarei que, acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus que os homens não podiam roubar sem pecado”, no quarto parágrafo do texto CG2A2-I.

- Ⓐ Em “a liberdade era um dom de Deus”, o emprego do verbo **ser** no pretérito imperfeito do indicativo é recurso de linguagem que denota referência a uma característica religiosa de época passada.
- Ⓑ As orações introduzidas pelo vocábulo “que” expressam uma sequência de circunstâncias de finalidade.
- Ⓒ Em “há dezoito séculos”, a substituição da forma verbal “há” por **fazem** manteria, sem prejuízo da correção gramatical, a ideia de tempo decorrido.
- Ⓓ O deslocamento do segmento “acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos”, com as vírgulas que o isolam, para a posição entre o vocábulo “e” e a forma verbal “declarei” não prejudicaria a correção gramatical do período.
- Ⓔ Nas estruturas “a nação inteira devia acompanhar” e “os homens não podiam roubar sem pecado”, observa-se emprego informal do pretérito imperfeito do indicativo para indicar ação hipotética.

Questão 17

Assinale a opção correta no que se refere aos aspectos linguísticos do seguinte trecho do texto CG2A2-I: “Pancrácio aceitou tudo: aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade.”

- Ⓐ O segmento “efeitos da liberdade” funciona sintaticamente como aposto, pois retoma e explica o termo “um peteleco”.
- Ⓑ O emprego do sinal de dois pontos sinaliza uma pausa breve entre os termos da oração e introduz um aposto — “aceitou até um peteleco”.
- Ⓒ A expressão temporal “no dia seguinte” poderia ser deslocada, com o devido ajuste de iniciais maiúsculas e minúsculas, para o início do período, sem prejuízo da correção gramatical ou dos sentidos do texto.
- Ⓓ Na estrutura “por me não escovar bem as botas”, o pronome átono pode ocupar, com correção, a posição proclítica ao verbo — **por não me escovar bem as botas** —, sem prejuízo do sentido, tampouco da correção gramatical.
- Ⓔ A estrutura “um peteleco que lhe dei” poderia ser reescrita, com correção gramatical e manutenção dos sentidos do texto, como **um peteleco que lhe foi dado**.

Questão 18

No que concerne a aspectos linguísticos do penúltimo parágrafo do texto CG2A2-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ A estrutura oracional “mas os que se antecipam a ela” pode ser substituída, com correção e manutenção de sentido, por **mas aqueles que lhe antecipam**.
- Ⓑ Na estrutura “comoveu a toda a gente”, identifica-se um caso de complemento verbal direto, mas introduzido por preposição, em razão da presença do pronome indefinido “toda”.
- Ⓒ A sequência “a gente” classifica-se como elemento pronominal que equivale gramaticalmente a **nós**.
- Ⓓ A oração “tendo aprendido a ler”, que denota circunstância de condição, poderia ser corretamente substituída, sem prejuízo de sentido, por **aprendendo a ler**.
- Ⓔ Em “tendo aprendido a ler, escrever e contar”, o emprego da preposição “a” é facultativo, o que se comprova na sequência “escrever e contar”.

Questão 19

Em relação ao texto CG2A2-I, assinale a opção correta.

- Ⓐ Após ter sido alforriado, o personagem Pancrácio passou à condição de homem livre e trabalhador assalariado, o que, para o personagem-narrador, serviu de justificativa para o castigo físico ao qual o ex-escravizado foi submetido quando falhou no desempenho do trabalho caseiro.
- Ⓑ Devido à repercussão que o ato generoso do personagem-narrador teve entre os amigos que participaram do banquete, o anfitrião viu-se como um homem preparado para a vida pública, apostando, portanto, em sua candidatura a deputado.
- Ⓒ No texto, está implícita uma visão otimista da possibilidade de surgimento de uma nova sociedade, condicionada à atuação de homens livres.
- Ⓓ No texto, o personagem-narrador, um valoroso cidadão da corte, aponta, em tom de denúncia, as vicissitudes que enfrentou ao emancipar seu escravo Pancrácio.
- Ⓔ O autor cria, com base em fatos que remetem à corte, um personagem-narrador cínico, oportunista e sequioso de notoriedade no que se refere à causa abolicionista, mas afável e cristão no trato pessoal entre amigos.

Texto CG2A2-II

Lembremos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas. Segundo a concepção moderna dos direitos, os homens são portadores de direitos por natureza (direito natural) e por efeito da lei positiva (direito civil), instituída pelos próprios homens. Essa diferença dos direitos é de grande envergadura porque lhes permite compreender uma prática política inexistente antes da modernidade e que se explicita, significativamente, em ocasiões muito precisas: a prática da *declaração dos direitos*.

A prática de *declarar* direitos significa, em primeiro lugar, que não é um fato óbvio para todos os seres humanos que eles são portadores de direitos e, por outro, que não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos. Em outras palavras, a existência da divisão social (por exemplo, os grandes e o povo, em Maquiavel; as classes sociais, em Marx) permite supor que alguns possuem direitos e outros, não. A declaração de direitos inscreve os direitos na sociedade e na política, afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o *reconhecimento* de todos, exigindo o *consentimento* social e político de todos. Esse reconhecimento e esse consentimento dão aos direitos a condição e a dimensão de direitos *universais*.

A prática política da declaração de direitos ocorre em ocasiões muito precisas. De fato, algumas declarações de direito ocorrem em situações revolucionárias, isto é, naqueles momentos em que o Baixo da sociedade se rebela contra o Alto e não mais reconhece a ordem vigente injusta: na Revolução Inglesa de 1640; na Independência dos Estados Unidos; na Revolução Francesa de 1789; na Revolução Russa de 1917. Também encontramos a declaração de direitos no período posterior à Segunda Guerra Mundial, isto é, ao fenômeno do totalitarismo nazista e fascista, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Dessa maneira, os direitos dos homens se tornaram uma questão sociopolítica comprovada pelo fato de que as declarações dos direitos ocorrem nos momentos de profunda transformação social e política, quando os sujeitos sociopolíticos têm consciência de que estão criando uma sociedade nova ou defendendo a sociedade existente contra a ameaça de sua extinção. Não por acaso, portanto, no caso do Brasil, a luta pelos direitos humanos ganhou força social e política no combate à ditadura implantada em 1964 e aprofundada em 1969, com o Ato Institucional n.º 5.

Questão 20

Assinale a opção em que é apresentada proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o primeiro período do texto CG2A2-II.

- A Lembremos-nos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos, que se sustentam em todas as formas de violência, seja físicas, psíquicas, raciais, de gênero e religiosas.
- B Lembremos de que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.
- C Lembremos-nos que a concepção moderna dos direitos do homem nasce ou contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero, sejam religiosas.
- D Lembremo-nos de que a concepção moderna dos direitos do homem nascem contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.
- E Lembremo-nos de que a concepção moderna dos direitos do homem nasce contra a violência ou os privilégios, contra os preconceitos que sustentam todas as formas de violência, sejam elas físicas, psíquicas, raciais, de gênero ou religiosas.

Questão 21

No que se refere à pontuação, seria mantida a correção gramatical do texto CG2A2-II caso se inserisse vírgula imediatamente depois do vocábulo

- A “óbvio”, em sua segunda ocorrência no primeiro período do segundo parágrafo.
- B “direitos”, em sua segunda ocorrência no penúltimo período do texto.
- C “sociedade”, em sua segunda ocorrência no penúltimo período do texto.
- D “envergadura”, no último período do primeiro parágrafo.
- E “humanos”, no primeiro período do segundo parágrafo.

Questão 22

Assinale a opção correta no que diz respeito a aspectos linguísticos do texto CG2A2-II.

- A A expressão “Dessa maneira” (penúltimo período do texto) é empregada como referência à ideia de que as declarações ocorrem em situações sociais muito precisas e as fixa no momento presente.
- B No segundo período do terceiro parágrafo, a expressão “De fato” introduz uma proposição que ratifica a veracidade do afirmado no período anterior, ao mesmo tempo em que amplia o seu alcance.
- C No trecho “não é um fato óbvio que tais direitos devam ser reconhecidos por todos” (primeiro período do segundo parágrafo), a autora emprega o modo subjuntivo para corroborar sua crítica à declaração de direitos.
- D No terceiro período do terceiro parágrafo, a expressão de esclarecimento introduzida pela locução explicativa “isto é” poderia ser reescrita, com correção gramatical, sem a preposição “a”: **o fenômeno do totalitarismo nazista e fascista**.
- E O segmento “todos os seres humanos” (primeiro período do segundo parágrafo) poderia ser substituído, com correção e sem prejuízo semântico, pela forma singular **todo o ser humano**.

Questão 23

Ainda considerando os aspectos linguísticos do texto CG2A2-II, assinale a opção correta.

- A No penúltimo período do texto, o emprego da preposição “contra”, em “contra a ameaça”, caracteriza-se como informal ou coloquial, sendo recomendável, para maior formalidade do texto, sua substituição por **de — de a ameaça**.
- B Estariam preservados os sentidos e a correção gramatical do texto caso o trecho “devam ser reconhecidos por todos” (primeiro período do segundo parágrafo) fosse reescrito como **devam ser reconhecidos a eles**.
- C O vocábulo “Também”, no terceiro período do último parágrafo, tem sentido de inclusão e admite uma interpretação de equivalência entre fatos, o que possibilita o entendimento de que a Segunda Guerra Mundial, assim como os movimentos revolucionários citados, foi um evento histórico que resultou na transformação da ordem social até então vigente.
- D No terceiro período do último parágrafo, a forma verbal “encontramos” evoca a ideia de **constatar a existência de algo em determinado lugar**.
- E A expressão “têm consciência” (penúltimo período do texto) poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, pela forma verbal **conscientizam**.

Questão 24

Assinale a opção correta em relação a aspectos linguísticos do texto CG2A2-II.

- A No penúltimo período do texto, a oração “ou defendendo a sociedade existente” pode ser reescrita, sem prejuízo sintático ou semântico, como **para defender a sociedade**, já que ambas expressam ideia de finalidade.
- B No último período do texto, o deslocamento da conjunção “portanto”, com a vírgula que a sucede, para o início do período, feitos os devidos ajustes de letra inicial maiúscula e minúscula, manteria as relações estruturais e de sentido do texto.
- C No último período do texto, a estrutura nominal “no combate à ditadura” poderia ser substituída, com correção gramatical e manutenção da coerência textual, por **ao combater à ditadura**.
- D Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto, o trecho “nos momentos de profunda transformação social e política” (penúltimo período do texto) poderia ser reescrito como **nos momentos que há profunda transformação social e política**.
- E Na estrutura oracional “quando os sujeitos sociopolíticos têm consciência” (penúltimo período do texto), o termo “quando” expressa circunstância de proporcionalidade.

Questão 25

Assinale a opção correta acerca do controle da administração pública, considerados seu conceito, sua abrangência e suas espécies.

- A** Na esfera federal, o titular do controle externo é o Tribunal de Contas da União (TCU).
- B** A tutela administrativa confere à administração direta poder amplo para intervir nos atos das entidades da administração indireta.
- C** O controle judicial dos atos administrativos abrange tanto aspectos de legalidade quanto o exame do mérito administrativo, em qualquer situação.
- D** Ao tomarem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, os responsáveis pelo controle interno devem comunicá-la ao Tribunal de Contas da União (TCU), sob pena de responsabilidade solidária.
- E** O Ministério Público não integra o sistema de controle da administração pública, pois a Constituição Federal de 1988 não lhe atribui funções voltadas à proteção do patrimônio público ou ao controle da atividade administrativa.

Questão 26

Nos termos da Lei Orgânica do TCE/MS, monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo tribunal para

- A** suprir omissões de informações ou esclarecer dúvidas.
- B** verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.
- C** coletar dados preliminares para escolha do instrumento de fiscalização.
- D** avaliar o desempenho de programas governamentais quanto à eficiência e à eficácia.
- E** examinar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão em geral.

Questão 27

Segundo a Lei Orgânica do TCE/MS, a auditoria pode ser utilizada pelo tribunal para

- A** coletar informações preliminares sobre a organização das entidades jurisdicionadas.
- B** examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, bem como avaliar o desempenho de órgãos, entidades e programas governamentais.
- C** acompanhar a execução orçamentária apenas do Poder Executivo estadual.
- D** verificar o cumprimento de deliberações do TCE/MS.
- E** suprir omissões e lacunas de informações sobre atos sujeitos ao controle do TCE/MS.

Questão 28

Conforme a Lei Orgânica do TCE/MS, uma das finalidades do acompanhamento, instrumento de fiscalização utilizado pelo tribunal, é

- A** verificar o cumprimento das deliberações do TCE/MS e os resultados delas advindos.
- B** realizar análise preliminar de dados e documentos para identificar o instrumento de fiscalização adequado.
- C** examinar exclusivamente os atos de gestão de pessoal praticados pelos jurisdicionados.
- D** examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos sujeitos ao seu controle.
- E** suprir omissões e lacunas de informações, esclarecer dúvidas ou apurar denúncias e representações.

Questão 29

No que se refere à competência dos tribunais de contas para apreciar, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal e de aposentadoria, assinale a opção correta à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- A** Compete aos tribunais de contas apreciar, para fins de registro, as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- B** O prazo para que os tribunais de contas façam o julgamento da legalidade dos atos de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão é de cinco anos, contados da chegada do processo à respectiva corte de contas.
- C** As nomeações para cargos comissionados devem ser submetidas à apreciação para fins de registro pelo tribunal de contas.
- D** O processo inicial de registro de aposentadoria deve observar o contraditório e a ampla defesa.
- E** O ato de aposentadoria é considerado composto.

Questão 30

Com base nas disposições da Lei Orgânica do TCE/MS referentes ao Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (MPC/MS), assinale a opção correta.

- A** O Colégio de Procuradores, órgão administrativo e deliberativo máximo do MPC/MS, é composto pela totalidade de seus membros e presidido pelo procurador-geral.
- B** O procurador-geral não pode delegar competências aos demais membros do MPC/MS.
- C** Aos procuradores de contas é dispensado tratamento jurídico e protocolar diferenciado do aplicável aos membros do MPC/MS.
- D** Ao MPC/MS aplicam-se os princípios institucionais apenas da unidade e da independência funcional.
- E** O procurador de contas substituto terá direito à vitaliciedade após três anos da posse no cargo.

Questão 31

À luz do entendimento do STF acerca do exercício do controle de constitucionalidade de leis pelos tribunais de contas, assinale a opção correta.

- A** O STF admite que os tribunais de contas deixem de aplicar norma legal em razão de dúvida razoável sobre sua compatibilidade com a Constituição Federal de 1988.
- B** A jurisprudência do STF superou o entendimento contido na Súmula n.º 347, que permitia aos tribunais de contas o exercício do controle de constitucionalidade.
- C** A invocação da Súmula n.º 347 do STF permite que os tribunais de contas afastem qualquer norma legal que entendam inconstitucional.
- D** Os tribunais de contas podem afastar norma legal somente quando sua aplicação resultar em violação patente à Constituição Federal de 1988 ou contrariar jurisprudência consolidada do STF.
- E** O STF reconheceu que os tribunais de contas podem exercer controle abstrato de constitucionalidade.

Questão 32

Em relação às funções constitucionais dos tribunais de contas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A função corretiva inclui ações como a emissão de determinações e recomendações aos órgãos jurisdicionados, fixação de prazos, adoção de medidas cautelares e sustação de atos irregulares.
- Ⓑ A função fiscalizadora não engloba os registros de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias.
- Ⓒ O desempenho da função julgadora ou julgadora depende de aprovação do Poder Legislativo.
- Ⓓ A função de ouvidoria não guarda nenhuma relação com o controle interno.
- Ⓔ No desempenho da função sancionadora, não é preciso observar o contraditório e a ampla defesa.

Questão 33

A respeito da eficácia das decisões dos tribunais de contas e da possibilidade de revisão dessas decisões pelo Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ O controle judicial sobre as decisões de tribunal de contas estadual é amplo e irrestrito.
- Ⓑ O Ministério Público de Contas tem legitimidade para executar decisão de tribunal de contas estadual.
- Ⓒ O Poder Judiciário pode anular decisões de tribunal de contas estadual que ofendam o contraditório ou a ampla defesa.
- Ⓓ Multas aplicadas por tribunal de contas estadual a agentes municipais por dano ao erário de município serão executadas pelo respectivo estado.
- Ⓔ Toda decisão de tribunal de contas estadual tem eficácia de título executivo.

Questão 34

Com base no disposto no Regimento Interno do TCE/MS, assinale a opção correta a respeito das consultas formuladas a esse tribunal de contas.

- Ⓐ A solução da consulta formalizada no parecer-C constitui-se em pré-julgado da tese, e não do fato ou caso concreto.
- Ⓑ Apenas os chefes dos Poderes do estado do Mato Grosso do Sul podem formular consulta ao TCE/MS.
- Ⓒ É admissível consulta sobre um caso concreto.
- Ⓓ Compete ao relator fazer o juízo de admissibilidade da consulta.
- Ⓔ No processamento da consulta, não há manifestação do Ministério Público de Contas.

Questão 35

A respeito das contas prestadas anualmente pelos governadores de estado, assinale a opção correta conforme a jurisprudência do STF.

- Ⓐ As contas anuais prestadas pelos governadores e julgadas pelo Poder Legislativo dos estados são classificadas como contas de gestão.
- Ⓑ O julgamento das contas anuais do chefe do Poder Executivo estadual é competência exclusiva do tribunal de contas do estado, mesmo quando extrapolado o prazo para emissão do parecer prévio.
- Ⓒ A emissão do parecer prévio sobre as contas anuais do governador pelo tribunal de contas do estado tem caráter vinculante para o Poder Legislativo estadual.
- Ⓓ Atraso desarrazoado do tribunal de contas do estado na emissão do parecer prévio sobre as contas anuais do governador não impede o Poder Legislativo estadual de exercer sua competência para julgá-las.
- Ⓔ A ausência de parecer prévio do tribunal de contas do estado sobre as contas anuais do governador impede o Poder Legislativo estadual de julgá-las.

Questão 36

Acerca da estrutura do TCE/MS, conforme o disposto em sua Lei Orgânica, assinale a opção correta.

- Ⓐ A estrutura funcional do TCE/MS é formada exclusivamente pelo Corpo Deliberativo, pela Presidência e pela Auditoria.
- Ⓑ O MPC/MS atua como instituição essencial à atividade de controle externo no âmbito do TCE/MS.
- Ⓒ A Escola Superior de Controle Externo (ESCOEX) integra a Auditoria.
- Ⓓ Os auditores de controle externo compõem a Auditoria.
- Ⓔ O MPC/MS integra a estrutura do TCE/MS e está vinculado à Presidência dessa corte de contas.

Questão 37

Com base no Manual de Auditoria Operacional do TCE/MS, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 109/2019, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é possível a realização de auditoria para levantamento no âmbito de auditoria operacional.
- Ⓑ Economicidade consiste na alternativa mais racional para a solução de determinado problema, considerando-se preço × qualidade.
- Ⓒ Efetividade corresponde ao grau de realização dos objetivos e das metas.
- Ⓓ Auditoria operacional é uma avaliação independente e objetiva em que se verifica se ações do governo estão sendo executadas com economicidade, eficiência e efetividade, mas não tem como escopo o aperfeiçoamento dessas ações.
- Ⓔ A auditoria operacional não pode ser parte de uma auditoria combinada.

Espaço livre

Questão 38

Acerca da proposta de encaminhamento prevista no Manual de Fiscalização aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 229/2024, assinale a opção correta.

- Ⓐ As sugestões da proposta de encaminhamento podem ser genéricas, como “Adoção de medidas saneadoras para eliminação das falhas encontradas.” ou “Observância à legislação em vigor.”, sem necessidade de mencionar providências específicas para o caso concreto.
- Ⓑ A proposta de encaminhamento é a seção do relatório de fiscalização na qual a equipe de fiscalização enumera as propostas de medidas preventivas, corretivas, processuais ou materiais, para avaliação pelo relator ou colegiado.
- Ⓒ Devem ser propostas medidas corretivas que alcancem as causas dos achados de auditoria, sendo dispensável sugerir aprimoramentos dos controles internos ou da gestão.
- Ⓓ São facultativas as referências aos achados de auditoria quanto à indicação do número do subtítulo em que cada um deles é tratado no relatório.
- Ⓔ As proposições deverão ser extraídas exclusivamente da matriz de responsabilização, sendo dispensada a matriz de achados.

Questão 39

Considerando o disposto no Código de Ética dos Servidores do TCE/MS, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao presidente do TCE/MS compete estabelecer normas e procedimentos para instrução do rito de condução de processo ético para verificação de condutas relatadas em representação junto à Corregedoria-Geral.
- Ⓑ Compete à Comissão de Ética apurar condutas de agentes públicos em exercício no TCE/MS, instruir e conduzir processos éticos, sem eximir-se de fundamentar as proposições de aplicação de sanção ética.
- Ⓒ A Comissão de Ética é formada por quatro membros, com igual número de suplentes.
- Ⓓ O citado código de ética não se aplica aos agentes públicos que prestam serviço a essa corte de contas em caráter temporário e de forma não remunerada.
- Ⓔ Os fatos e atos verificados na conduta cotidiana da vida privada do agente público que presta serviço ao TCE/MS não poderão influenciar no conceito de sua vida funcional.

Questão 40

Em relação à matriz de responsabilização, assinale a opção correta de acordo com o Manual de Fiscalização aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 229/2024.

- Ⓐ Nessa matriz, os responsáveis por irregularidade devem ser identificados mediante sua qualificação e o período de exercício no cargo, sem necessidade de se incluírem eventuais responsáveis solidários.
- Ⓑ Essa matriz deve ser revisada pelo supervisor e não pode ser alterada pelo coordenador da equipe.
- Ⓒ A mencionada matriz deve ser preenchida sempre que houver achados que configurem irregularidades ou impropriedades.
- Ⓓ Nos casos de omissão, basta identificar, na referida matriz, o dispositivo legal ou regulamentar que atribui ao responsável a competência não exercida.
- Ⓔ A inexistência de nexo de causalidade implica que o agente não pode ser responsabilizado pelo resultado.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 41**

O ato administrativo praticado pela administração com a finalidade de eliminar defeitos sanáveis de um ato administrativo anteriormente praticado, como condição para que o ato produza a integralidade dos efeitos jurídicos válidos, é denominado

- Ⓐ exaurimento.
- Ⓑ cassação.
- Ⓒ anulação.
- Ⓓ revogação.
- Ⓔ convalidação.

Questão 42

Assinale a opção correta com base no estabelecido na Lei estadual n.º 1.102/1990.

- Ⓐ Deverá ser aplicada pena de suspensão ao servidor do estado de Mato Grosso do Sul que resida fora do território do estado, salvo quando em exercício em outra unidade da Federação, na forma da lei.
- Ⓑ Em caso de infração praticada por servidor no exercício de suas funções, caberá ao secretário de Estado, ao procurador-geral ou ao dirigente de órgão diretamente subordinados ao governador ordenar, fundamentadamente e por escrito, a suspensão preventiva do infrator por até 180 dias ou até a decisão final no processo administrativo disciplinar, o que primeiro ocorrer.
- Ⓒ É permitida a contratação temporária de estrangeiro de notória especialização para executar serviços profissionais na área de tecnologia.
- Ⓓ Função de confiança é a que envolve atribuições de comando, direção, gerência e assessoramento técnico ou especializado, de livre provimento, satisfeitos os requisitos de qualificação definidos em lei ou regulamento.
- Ⓔ Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país.

Questão 43

Considerando que uma fábrica clandestina de fogos de artifício, que fabrica explosivos sem a licença necessária e sem conhecimento do poder público, exploda, com a consequente destruição de prédios vizinhos e veículos estacionados nas proximidades, julgue os seguintes itens, relativos à responsabilidade civil do Estado pelos referidos danos.

- I Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir.
- II A responsabilidade civil estatal, no caso hipotético em apreço, está condicionada à existência de prévia concessão de licença para funcionamento sem as cautelas legais ou à demonstração do prévio conhecimento pelo poder público de eventuais irregularidades praticadas pelo particular.
- III O poder público é civilmente corresponsável, juntamente com o proprietário da fábrica clandestina, por todos os danos ocorridos em decorrência da explosão, conforme a teoria da responsabilidade objetiva.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 44

Assinale a opção correta em relação ao controle externo que o Poder Legislativo, com auxílio do respectivo tribunal de contas, exerce sobre a administração pública, no que se refere à concessão de aposentadoria aos servidores públicos.

- Ⓐ Os tribunais de contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, a contar da data em que esta tenha sido concedida.
- Ⓑ Ato ilegal de concessão de aposentadoria praticado pela administração pública poderá ser revisto pelo Poder Legislativo, com o auxílio do respectivo tribunal de contas, a qualquer tempo.
- Ⓒ Considerados os efeitos patrimoniais contínuos da aposentadoria, o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria poderá ser sindicado pelo Poder Legislativo, com o auxílio do respectivo tribunal de contas, a qualquer tempo, mas eventual dever de devolução de benefício indevidamente percebido estará limitado aos últimos 5 anos, contados da data de início do processo de controle externo.
- Ⓓ Os tribunais de contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, a contar da chegada do processo à respectiva corte de contas.
- Ⓔ O controle externo poderá ser exercido em até 10 anos, contados da data de concessão da aposentadoria, salvo comprovada má-fé.

Questão 45

Julgue os itens a seguir, referentes a licitação, de acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

- I O maior retorno econômico e o maior desconto inserem-se entre os critérios de julgamento da modalidade de licitação concorrência.
- II A licitação será dispensável no caso de aquisição de equipamentos fornecidos exclusivamente por determinada empresa.
- III Constatada irregularidade no procedimento licitatório que motive a paralisação ou anulação do contrato que não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação das penalidades cabíveis.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 46

Acerca de centralização, descentralização, concentração e desconcentração de poder administrativo, assinale a opção correta.

- A** A criação dos entes da administração pública indireta decorre da descentralização de poder.
- B** No direito administrativo moderno, desconcentração e descentralização de poder administrativo designam situações jurídicas equivalentes.
- C** Ocorre descentralização na avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- D** A desconcentração implica a transferência de poderes e atribuições para um sujeito de direito distinto e autônomo.
- E** A criação de um órgão especializado em determinada competência administrativa é um exemplo de descentralização.

Questão 47

Julgue os itens a seguir, relativos a consórcios e convênios públicos.

- I Diferentemente do que ocorre com os consórcios públicos, a viabilização dos convênios públicos prescinde da criação de uma nova pessoa jurídica.
- II É necessária autorização legislativa para celebração do contrato de consórcio após a ratificação do protocolo de intenções.
- III É vedada a criação de consórcios públicos destinados à execução de atividades permanentes e contínuas na área da saúde.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 48

O *caput* do art. 2.º da Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. De acordo com a classificação doutrinária tradicional da aplicabilidade das normas constitucionais, o referido dispositivo é de eficácia

- A** programática.
- B** limitada.
- C** exaurida.
- D** plena.
- E** contida.

Questão 49

Acerca do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

- I O controle abstrato é a forma de controle de constitucionalidade exercida em relação a um caso concreto específico posto em juízo.
- II De acordo com súmula do STF, os tribunais de contas, no exercício de suas atribuições, podem apreciar a constitucionalidade de leis em casos concretos.
- III A improcedência de ação direta de inconstitucionalidade não produz coisa julgada.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 50

A CF assegura aos servidores ocupantes de cargo público o direito

- A** à proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os respectivos profissionais.
- B** à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- C** ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, a ser de, no mínimo, trinta dias, nos termos da lei.
- D** à proibição de qualquer discriminação referente a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência.
- E** à proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

Questão 51

Entre os membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um deles deve ser

- A** membro do Ministério Público estadual escolhido pelo procurador-geral de justiça do estado.
- B** juiz estadual indicado pelo STF.
- C** juiz federal indicado pelo STF.
- D** ministro do TCU indicado pelo presidente da República.
- E** desembargador de tribunal de justiça indicado pelo STJ.

Questão 52

Segundo previsão expressa no texto constitucional, legislar sobre direito financeiro é competência:

- A** concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- B** privativa da União.
- C** concorrente da União e dos estados, apenas.
- D** concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal, apenas.
- E** exclusiva dos estados.

Questão 53

A Constituição Federal de 1988 estabelece como uma das condições de elegibilidade ao cargo de deputado federal a idade mínima de

- A** 35 anos.
- B** 30 anos.
- C** 25 anos.
- D** 21 anos.
- E** 18 anos.

Questão 54

Conforme disposto expressamente no texto da Constituição Federal de 1988, a autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, é competência

- A** exclusiva do Congresso Nacional.
- B** suplementar da Câmara dos Deputados.
- C** compartilhada entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.
- D** privativa da Câmara dos Deputados.
- E** privativa do Senado Federal.

Questão 55

Durante processo de auditoria, identificou-se que determinado órgão público estadual mantinha diversas contas bancárias em instituições privadas, nas quais eram depositadas receitas públicas não vinculadas a despesas específicas.

Nessa situação, de acordo com os princípios do direito financeiro e disposições constitucionais e normativas, a prática do referido órgão público estadual é

- A** regular e legítima caso os recursos públicos depositados sejam oriundos de empresa pública controlada pelo estado.
- B** irregular, pois, como regra, as referidas receitas deveriam ser depositadas em instituições financeiras oficiais.
- C** irregular, pois as disponibilidades de caixa de recursos públicos não podem ser depositadas em instituições financeiras privadas.
- D** irregular, pois as disponibilidades de caixa de recursos públicos devem ser depositadas no Banco Central do Brasil.
- E** regular e legítima, pois visa maximizar a atualização monetária dos recursos públicos.

Questão 56

Durante a elaboração do relatório de gestão fiscal de um estado da Federação, foram incluídos no cálculo da receita corrente líquida os valores arrecadados com receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e os valores recebidos de contribuições dos servidores públicos para o custeio do regime próprio de previdência. A receita corrente líquida foi apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o referido cálculo está

- A** incorreto, pois deveriam ser excluídas as receitas patrimoniais, por não serem receitas correntes, e sim de investimento.
- B** incorreto, pois as receitas agropecuárias e industriais não devem integrar o orçamento público, visto que oriundas de atividades de exploração do patrimônio próprio do estado.
- C** incorreto, pois o período de cálculo de apuração deve restringir-se ao ano civil.
- D** correto, pois todas as receitas arrecadadas pelo ente devem compor a receita corrente líquida.
- E** incorreto, pois o recolhimento das contribuições dos servidores para o regime próprio de previdência deve ser excluído do cálculo.

Questão 57

Determinada unidade federativa pretende instituir benefício tributário, em caráter não geral, voltado à inovação tecnológica, mediante redução da base de cálculo de determinado tributo, com início ainda no exercício vigente.

Nessa situação, para que o ato seja considerado válido de acordo com a LRF e sejam atendidas as demais condições legais, a estimativa de impacto orçamentário-financeiro deve abranger

- A** todo o período de vigência do plano plurianual.
- B** o atual exercício de vigência e os quatro seguintes.
- C** o atual exercício de vigência e os dois seguintes.
- D** o atual exercício de vigência e os três seguintes.
- E** apenas o atual exercício de vigência.

Questão 58

No estado X, verificou-se, em determinado bimestre, que a realização da receita pelo Poder Legislativo estadual não comportaria o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no anexo de metas fiscais.

Nesse caso hipotético, de acordo com a LRF,

- A** o tribunal de contas estadual deveria promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.
- B** o Poder Executivo estadual deveria promover, por ato próprio e nos montantes necessários, no bimestre subsequente, limitação de empenho e movimentação financeira.
- C** o próprio Poder Legislativo estadual deveria promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias seguintes, limitação de empenho e movimentação financeira.
- D** o próprio Poder Legislativo estadual deveria promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 2 meses seguintes, limitação de empenho e movimentação financeira.
- E** o Poder Executivo estadual deveria promover, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

Questão 59

Assinale a opção correta a respeito do orçamento público, de acordo com o previsto na Constituição Federal de 1988.

- A** Créditos suplementares podem ser abertos sem indicação da fonte de recursos quando destinados ao cumprimento de despesas obrigatórias.
- B** A abertura de crédito suplementar pode ocorrer por ato do Poder Executivo, desde que haja previsão genérica de reforço de dotações na lei de diretrizes orçamentárias.
- C** A abertura de crédito especial exige autorização legislativa, sendo, nesse caso, desnecessária a indicação da fonte de recursos.
- D** A abertura de crédito suplementar ou especial requer prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.
- E** Créditos adicionais especiais podem ser abertos por decreto do Poder Executivo, independentemente de autorização legislativa, desde que limitados ao montante de superávit financeiro.

Questão 60

A fazenda pública estadual pretende compensar, de forma unilateral, um débito tributário de um credor com o valor que lhe é devido em precatório.

À luz do entendimento do STF sobre o regime constitucional dos precatórios, é correto afirmar que, no caso apresentado, a compensação unilateral de precatórios com débitos tributários

- A** não é possível, pois a compensação unilateral viola a efetividade da jurisdição e a isonomia entre as partes.
- B** é possível, desde que não se trate de verba alimentar ou de crédito que possua superpreferência.
- C** não é possível, salvo se houver lei estadual que a autorize, bem como pertinência da natureza jurídica do crédito com o débito.
- D** é possível, haja vista a previsão de tal compensação em emenda à Constituição Federal de 1988.
- E** é possível, mas dependerá da análise da pertinência da natureza jurídica do crédito com o débito.

Questão 61

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, considera-se dívida ativa não tributária crédito da fazenda pública proveniente de

- A** valores referentes a tributos, incluídos seus respectivos adicionais e multas.
- B** custas processuais.
- C** emolumentos relacionados à atividade notarial e registral.
- D** contribuição sindical, por força das alterações promovidas pela recente Reforma Trabalhista.
- E** anuidades devidas aos conselhos profissionais.

Questão 62

De acordo com o Código Civil e o entendimento do STJ, nas ações que visam anular negócio jurídico praticado com dolo, o prazo aplicável é

- A** decadencial de quatro anos, contado da data da efetiva lesão ou da ameaça ao direito tutelado, momento em que surge a pretensão a ser exercida em juízo.
- B** prescricional de dez anos, contado da data da efetiva lesão ou da ameaça ao direito tutelado, momento em que surge a pretensão a ser exercida em juízo.
- C** decadencial de dez anos, contado da data da efetiva lesão ou da ameaça ao direito tutelado, momento em que surge a pretensão a ser exercida em juízo.
- D** decadencial de quatro anos, contado da celebração do ato a ser anulado.
- E** prescricional de dez anos, contado da celebração do ato a ser anulado.

Questão 63

Segundo o Código Civil e a jurisprudência do STJ, o negócio jurídico simulado é

- A** anulável, exigindo-se que os partícipes do negócio simulado requeiram a invalidação deste, pois o julgador não pode reconhecê-lo de ofício, devendo tal invalidação produzir efeitos também sobre os direitos de terceiros de boa-fé.
- B** nulo, podendo ser reconhecido de ofício pelo magistrado, mas não podendo a invalidação do negócio simulado prejudicar os direitos de terceiros de boa-fé.
- C** anulável, podendo ser reconhecido de ofício pelo magistrado, mas não podendo a invalidação do negócio simulado prejudicar os direitos de terceiros de boa-fé.
- D** anulável, exigindo-se que os partícipes do negócio simulado requeiram a invalidação deste, pois o julgador não pode reconhecê-lo de ofício.
- E** nulo, podendo ser reconhecido de ofício pelo magistrado, e devendo a invalidação do negócio simulado produzir efeitos também sobre os direitos de terceiros de boa-fé.

Questão 64

Um motorista de veículo automotor, ao desviar de uma manobra brusca e imprudente de outro condutor, colidiu com um automóvel regularmente estacionado. Sua conduta, embora praticada em estado de necessidade e isenta de culpa, resultou de ato voluntário que não se equipara a caso fortuito ou força maior.

Nessa situação hipotética, conforme o Código Civil e a jurisprudência do STJ, o motorista que colidiu com o automóvel estacionado

- A** responderá solidariamente com o condutor terceiro que realizou a manobra brusca e imprudente, pois ambos praticaram ato ilícito.
- B** responderá pelos danos, pois, embora o ato praticado em estado de necessidade seja lícito, deve-se reparar o prejuízo causado.
- C** não responderá pelos danos, por se tratar de ato lícito praticado em estado de necessidade.
- D** não responderá pelos danos, pois a responsabilidade deve recair sobre o condutor terceiro que realizou a manobra brusca e imprudente.
- E** responderá pelos danos, pois cometeu ato ilícito, ainda que praticado em estado de necessidade.

Questão 65

Com relação às fundações, assinale a opção correta, de acordo com o Código Civil.

- A** Se os bens destinados a determinada fundação forem insuficientes para a sua constituição, eles deverão ser incorporados em outra fundação que esteja em atividade no mesmo município e que atue na área de assistência social.
- B** Fundações cujas atividades se estendam por mais de um estado da Federação devem ser fiscalizadas pelo Ministério Público do estado onde se situar a sua sede.
- C** A alteração do estatuto de uma fundação exige aprovação por maioria absoluta dos responsáveis por sua gestão e representação.
- D** A criação de uma fundação deve ocorrer por escritura pública ou contrato particular registrado em cartório de títulos e documentos, cabendo ao instituidor especificar a finalidade e a forma de administração.
- E** Uma fundação somente pode ser constituída caso sua finalidade esteja de acordo com as hipóteses taxativas do Código Civil, entre as quais estão a segurança nutricional, a modernização de sistemas de gestão e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Questão 66

Conforme o Código Civil e a jurisprudência do STJ, a responsabilidade civil do incapaz pela reparação de danos por ele causados é

- Ⓐ subsidiária e mitigada, de modo que o incapaz responde pelos danos apenas caso as pessoas por ele responsáveis não tenham meios para ressarcir a vítima, não podendo a indenização ultrapassar o limite humanitário do patrimônio mínimo do infante.
- Ⓑ inexistente, pois o incapaz não pratica ato jurídico ilícito propriamente dito, mas ato-fato jurídico não indenizável.
- Ⓒ direta e mitigada, de modo que o incapaz responde pelos danos ainda que as pessoas por ele responsáveis tenham meios para ressarcir a vítima, desde que a indenização não ultrapasse o limite humanitário do patrimônio mínimo do infante.
- Ⓓ subsidiária e integral, de modo que o incapaz responde pelos danos apenas caso as pessoas por ele responsáveis não tenham meios para ressarcir a vítima, podendo a indenização se dar até o limite dos danos causados a outrem.
- Ⓔ direta e integral, de modo que o incapaz responde pelos danos ainda que as pessoas por ele responsáveis tenham meios para ressarcir a vítima, podendo a indenização se dar até o limite dos danos causados a outrem.

Questão 67

No que se refere a jurisdição, julgue os itens a seguir, de acordo com o CPC e com a doutrina contemporânea.

- I A jurisdição é uma função estatal que se caracteriza pela heterocomposição.
- II A jurisdição, em certa medida, é uma atividade criativa, pois, ao solucionar o caso concreto, o juiz produz a norma jurídica individual e, por meio do sistema de precedentes, pode firmar entendimentos que servirão de norma para casos futuros.
- III O princípio da inafastabilidade da jurisdição impede qualquer condicionamento ao acesso à justiça, como o prévio esgotamento da via administrativa para a propositura de ação judicial.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 68

Com base no CPC e na doutrina contemporânea, julgue os seguintes itens, acerca das condições da ação.

- I O direito de ação é concreto e autônomo, ou seja, no momento da propositura da demanda, pressupõe-se a existência e a titularidade do direito material afirmado em juízo.
- II Conforme interpretação sistemática do CPC, a ausência de possibilidade jurídica do pedido é causa de inépcia da petição inicial e, por isso, conduz à extinção do processo sem resolução do mérito.
- III Consoante a teoria da asserção, o magistrado deve tomar como parâmetro as alegações do autor para aferir a presença das condições da ação.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 69

Assinale a opção correta em relação à figura do magistrado conforme o disposto no CPC.

- Ⓐ O juiz, quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, deve oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e outros legitimados, para que estes, querendo, proponham a ação coletiva respectiva.
- Ⓑ A imparcialidade do juiz é um requisito de validade do processo, e sua falta implica a extinção do feito sem resolução do mérito.
- Ⓒ O princípio da cooperação aplica-se exclusivamente às partes, e não ao juiz.
- Ⓓ O juiz pode, sempre que lhe parecer mais justo, decidir o feito por equidade.
- Ⓔ Ao decidir o mérito, o juiz pode ultrapassar os limites da demanda, para enfrentar questões conexas de ordem privada.

Questão 70

No que diz respeito aos recursos, assinale a opção correta.

- Ⓐ O princípio da primazia da decisão de mérito não se aplica no âmbito recursal, em razão do rigor dos pressupostos recursais.
- Ⓑ O princípio da singularidade ou irrecorribilidade não comporta exceções.
- Ⓒ Segundo o CPC, o juízo de admissibilidade dos recursos é exclusivo do órgão *ad quem*.
- Ⓓ Em razão do princípio da proibição da reforma em prejuízo, é vedado ao órgão *ad quem* proferir decisão mais desfavorável ao recorrente que o provimento recorrido.
- Ⓔ A fungibilidade recursal restringe-se aos recursos de apelação e agravo de instrumento.

Questão 71

Assinale a opção correta no que concerne à tutela provisória de urgência.

- Ⓐ A tutela de urgência somente pode ser concedida no processo de conhecimento.
- Ⓑ A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa se a sentença lhe for desfavorável.
- Ⓒ O CPC veda a concessão de medidas atípicas na tutela de urgência de natureza cautelar.
- Ⓓ De acordo com o disposto no CPC, as tutelas de urgência são sempre satisfativas, nunca cautelares.
- Ⓔ Para concessão da tutela de urgência, é dispensada a demonstração de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, caso se trate de matéria firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

Questão 72

Assinale a opção correta conforme a Lei de Agrotóxicos (Lei n.º 14.785/2023).

- Ⓐ As informações prestadas no momento do registro de agrotóxicos tornam-se responsabilidade do comerciante que colocá-los a venda.
- Ⓑ Agrotóxico é definido como o produto obtido a partir de produto técnico, por intermédio de processos físicos ou químicos isolados ou em mistura com biológicos, destinado a alterar a composição da flora ou da fauna.
- Ⓒ Produto de controle ambiental é, por definição, aquele formulado à base de cobre, de enxofre e de óleos vegetais ou minerais.
- Ⓓ O produto de controle ambiental idêntico será registrado em até sessenta dias quando apresentar composição qualitativa e quantitativa idêntica à de outro produto já registrado, os mesmos fabricantes ou os mesmos formuladores, a mesma indicação de uso, as mesmas doses e apenas marca comercial distinta.
- Ⓔ O registro de agrotóxicos é competência do órgão ambiental estadual.

Questão 73

Alberto, exímio caçador, responde a ação penal pela seguinte conduta: durante um passeio dentro de uma unidade de conservação, em uma noite de feriado nacional, ele encontrou um criadouro natural de exemplares da fauna silvestre e, sem hesitar, o destruiu.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a Lei n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

- Ⓐ Alberto está sujeito a pena de reclusão, cumulada ou não com multa.
- Ⓑ A pena aplicável a Alberto será aumentada em razão de o crime ter sido praticado dentro de unidade de conservação e no período noturno.
- Ⓒ Só ocorrerá a aplicação de pena contra Alberto se os exemplares da fauna silvestre por ele destruídos forem de espécie em risco de extinção.
- Ⓓ Alberto será isento de pena, por ser caçador profissional.
- Ⓔ A pena aplicável a Alberto poderá ser majorada até o dobro devido ao simples fato de ele ser caçador profissional.

Questão 74

Com fundamento na Lei n.º 6.766/1979, que disciplina o parcelamento do solo urbano, assinale a opção correta.

- Ⓐ Transcorrido o prazo legal sem que a municipalidade tenha se manifestado acerca de projeto de parcelamento do solo, haverá sua aprovação automática.
- Ⓑ A infraestrutura básica dos loteamentos não inclui as vias de circulação.
- Ⓒ A infraestrutura básica das zonas habitacionais de interesse social deve ter, no mínimo, iluminação pública, escoamento das águas pluviais e esgoto sanitário.
- Ⓓ Em loteamento de acesso controlado, é vedado impedir o acesso de pedestres ou condutores de veículos não residentes no empreendimento, mas devidamente identificados.
- Ⓔ A promessa de cessão, ainda que registrada em cartório, é passível de retratação.

Questão 75

De acordo com o Código Florestal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A exploração de florestas nativas de domínio privado depende de licença ambiental e aprovação prévia do plano de manejo florestal sustentável.
- Ⓑ É vedado o manejo florestal com propósito comercial em área de reserva legal.
- Ⓒ A coleta de produtos florestais madeireiros é livre desde que respeitados os períodos de coleta e os volumes fixados em regulamentos específicos.
- Ⓓ A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo em imóvel de domínio público independe do cadastramento do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- Ⓔ Em imóvel rural onde haja área abandonada, é permitida a conversão de área de vegetação nativa para uso alternativo do solo.

Questão 76

Assinale a opção correta conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecida pela Lei n.º 9.433/1997.

- Ⓐ Quando da fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos, devem ser observados, nas derivações de água, o volume retirado, o método utilizado e o respeito às normas ambientais.
- Ⓑ A água é um bem de domínio público e recurso natural ilimitado e com valor econômico.
- Ⓒ Os comitês de bacia hidrográfica relativos a bacias inseridas dentro de território indígena serão compostos por representantes do Ministério dos Povos Indígenas e das comunidades indígenas residentes em tais bacias.
- Ⓓ É vedado à União delegar aos estados a competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.
- Ⓔ O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural independe de outorga pelo poder público.

Questão 77

Em relação ao orçamento público, suas técnicas e princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- Ⓐ O orçamento de desempenho, que consiste em uma evolução do orçamento tradicional, busca associar os recursos alocados a programas e atividades, de forma a permitir a avaliação dos resultados alcançados pela administração pública.
- Ⓑ Segundo o princípio da universalidade, todas as receitas e despesas públicas devem constar da LOA, admitindo-se, entretanto, a exclusão de fundos especiais, regidos por legislação própria.
- Ⓒ O orçamento tradicional, adotado no Brasil até meados do século XX, tinha como objetivo central a mensuração do custo das ações governamentais, de forma a valorizar a vinculação entre gastos públicos e resultados alcançados.
- Ⓓ O orçamento-programa vincula a alocação de recursos a programas, objetivos e metas governamentais, o que permite maior racionalidade no uso dos recursos públicos.
- Ⓔ Conforme o princípio da exclusividade, a LOA não pode tratar de matérias estranhas ao orçamento, salvo autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que sem limites.

Questão 78

Assinale a opção correta a respeito do sistema de planejamento e orçamento brasileiro, considerados o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária anual (LOA).

- Ⓐ O sistema de planejamento e orçamento exclui o controle externo, já que esse não é considerado parte do processo orçamentário.
- Ⓑ O PPA define metas fiscais anuais, servindo como principal elo entre a LDO e a LOA.
- Ⓒ A LDO orienta a elaboração da LOA e estabelece metas fiscais, além de dispor sobre alterações tributárias e aplicação das agências de fomento.
- Ⓓ A LOA é peça autônoma, que independe do PPA e da LDO, pois sua vigência anual garante flexibilidade ao processo orçamentário.
- Ⓔ O sistema de planejamento e orçamento brasileiro é formado apenas pelo PPA e pela LOA, dada a falta de previsão constitucional da LDO.

Questão 79

Assinale a opção correta, considerando que o governo pretende iniciar, em 2026, programa de infraestrutura digital com investimentos por cinco anos, o qual não está previsto no PPA 2024-2027.

- Ⓐ A ausência de previsão no PPA pode ser suprida por crédito extraordinário, já que a urgência do investimento caracteriza hipótese típica de imprevisibilidade.
- Ⓑ Por ser investimento de capital e programa de duração continuada, a execução do programa pode iniciar-se diretamente com base na LOA de 2026, e sua inclusão no PPA poderá ocorrer por ato infralegal até o final do exercício.
- Ⓒ A criação de programa plurianual de investimento, quando ausente no PPA, requer alteração do PPA por lei, compatibilização na LDO subsequente e apropriação na LOA, observadas as metas fiscais e as regras de responsabilidade na gestão fiscal.
- Ⓓ Por ter caráter estratégico, o PPA dispensa controle externo específico, já que o tribunal de contas somente aprecia a execução da LOA.
- Ⓔ O PPA vigora sempre do primeiro ao último ano do mandato do chefe do Poder Executivo, coincidindo integralmente com a legislatura, de modo que novos programas só podem ter início no primeiro ano de governo.

Questão 80

A Secretaria Estadual de Cidades pretende adquirir, em 2026, participação societária em companhia regional de saneamento para acelerar um programa estadual denominado Saneamento Integrado. A LOA de 2026 prevê esse programa na Ação 1234 – Construção de Estações de Tratamento de Esgoto, classificada como investimentos; não há ação ou dotação específica para aquisição de participação societária.

Nessa situação hipotética, no que se refere ao enquadramento da despesa, à estrutura programática e ao instrumento de crédito, é correto

- Ⓐ promover remanejamento entre programas por decreto, criando subtítulo para a aquisição, pois o princípio da unidade autoriza ajustes sem lei específica.
- Ⓑ criar nova ação na estrutura do programa Saneamento Integrado, classificada como inversões financeiras (GND 5), com produto e unidade de medida compatíveis, mediante crédito especial autorizado por lei e aberto por decreto, e indicação da fonte de recurso.
- Ⓒ admitir crédito extraordinário para a aquisição societária, em razão do interesse público e da urgência, independentemente da existência de dotação.
- Ⓓ reclassificar a Ação 1234 de investimentos para material de consumo e abrir crédito suplementar por decreto, pois a mudança de natureza dispensa lei autorizativa.
- Ⓔ manter a Ação 1234 e executar a aquisição como investimentos (GND 4), pois toda aplicação em saneamento é investimento, devendo ser realizada por crédito suplementar.

Questão 81

Considerado que, após a publicação da LOA de 2026, o Estado deve estruturar a execução financeira e acompanhar a arrecadação, assinale a opção correta em relação a metas bimestrais de arrecadação, cronograma de execução mensal de desembolso e limitação de empenho.

- Ⓐ O cronograma de desembolso aplica-se apenas ao Poder Executivo, sem alcançar os demais Poderes e o Ministério Público.
- Ⓑ O cronograma de desembolso é discricionário e pode ser definido a qualquer tempo, sem relação com a LDO.
- Ⓒ As metas bimestrais de arrecadação e o cronograma mensal de desembolso devem ser definidos até 30 dias após a LOA e servem de base para a limitação de empenho, cujos critérios devem estar na LDO.
- Ⓓ A limitação de empenho pode recair livremente sobre quaisquer despesas, inclusive transferências constitucionais e restos a pagar processados, sem restrição.
- Ⓔ O descumprimento das metas de arrecadação autoriza automaticamente a abertura de créditos extraordinários para compensação do desequilíbrio.

Questão 82

A Secretaria de Saúde do estado X descentralizou parte do crédito orçamentário para uma fundação estadual hospitalar (ente estadual; órgão distinto), que executará aquisições de equipamentos. Em paralelo, a secretaria programará repasses financeiros para pagamento conforme o cronograma de desembolso.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta a respeito dos efeitos e requisitos da descentralização orçamentária e financeira.

- Ⓐ Na descentralização de crédito externa (destaque), a fundação executa a despesa, mantendo programa/ação e natureza; a descentralização financeira provê o numerário; e ambas devem observar as disposições da LDO e da LRF e possuir registro contábil específico.
- Ⓑ A descentralização de crédito orçamentário dispensa registro contábil se houver controle administrativo do órgão central.
- Ⓒ Convênio é modalidade de descentralização interna (provisão), portanto sua realização dispensa lei e regulamento próprios.
- Ⓓ A descentralização de crédito orçamentário externa (destaque) transfere definitivamente a titularidade do crédito, o que permite à unidade executora alterar programa/ação e natureza da despesa.
- Ⓔ A descentralização financeira consiste em repasses de cotas de numerário para pagamento, independentemente do cronograma de desembolso.

Questão 83

Assinale a opção correta acerca da receita pública.

- Ⓐ Operações de crédito devem ser classificadas como receitas correntes, pois representam ingresso regular para custeio.
- Ⓑ O lançamento é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora, e inscreve o débito desta.
- Ⓒ Por ingressarem nos cofres públicos, depósitos de terceiros e cauções caracterizam receita orçamentária.
- Ⓓ A arrecadação corresponde ao ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional, e o recolhimento, ao recebimento pelos agentes arrecadadores.
- Ⓔ Juros e multas incidentes sobre a dívida ativa devem ser classificados como receitas de capital, pois corrigem o principal vencido.

Questão 84

Em relação à dívida ativa e seus reflexos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Juros de mora e multas da dívida ativa configuram receitas de capital, devendo ser destacados do principal.
- Ⓑ A inscrição é condição para a execução fiscal, e a certidão de dívida ativa (CDA) constitui título executivo extrajudicial.
- Ⓒ A inscrição em dívida ativa gera receita orçamentária no momento do registro do crédito na certidão de dívida ativa (CDA).
- Ⓓ Os valores do principal recuperados de dívida ativa devem ser classificados como receita de capital, dada sua origem em créditos vencidos.
- Ⓔ Dívida ativa não tributária não pode ser inscrita, visto que sua inscrição não está prevista no Código Tributário Nacional.

Questão 85

No orçamento público brasileiro, a classificação quanto à natureza da despesa tem por objetivo evidenciar a estrutura do gasto sob a ótica do objeto de despesa. Considerando essa perspectiva, assinale a opção correta.

- Ⓐ As ações orçamentárias excluem transferências a outros entes da Federação, não podendo contemplar subsídios, auxílios ou reservas de contingência.
- Ⓑ No grupo de natureza de despesa, as aquisições de *softwares* são consideradas inversões financeiras.
- Ⓒ A classificação funcional organiza-se em funções e subfunções, sendo a função o nível mais agregado ligado à missão institucional, e a subfunção a área específica da despesa vinculada às ações orçamentárias.
- Ⓓ A função encargos especiais diz respeito às despesas relacionadas à produção de um bem ou serviço público.
- Ⓔ A classificação por natureza corresponde às categorias obrigatória e discricionária da despesa pública.

Questão 86

Considerando que, no Brasil, as DEA só podem ser pagas em situações específicas, é correto afirmar que essas despesas

- Ⓐ abrangem obrigações de exercícios encerrados não inscritas em restos a pagar, a serem atendidas por dotação específica no orçamento vigente.
- Ⓑ são uma espécie de restos a pagar processados.
- Ⓒ são sempre classificadas como investimentos, por gerarem acréscimo de ativo.
- Ⓓ constituem dívida fundada do ente, por natureza.
- Ⓔ devem, obrigatoriamente, constar da LOA inicial, em anexo próprio.

Questão 87

Os tribunais de contas alertam os órgãos públicos sobre riscos fiscais, incentivando o cumprimento das metas e prevenindo irregularidades, em conformidade com a LRF. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ A LRF estabelece que os alertas dos tribunais de contas só podem ocorrer após o encerramento do exercício financeiro, quando já consolidados os dados da execução orçamentária e financeira.
- Ⓑ Aos tribunais de contas compete realizar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão, conforme definido na LRF.
- Ⓒ Nos termos da LRF, os tribunais de contas devem emitir alertas quando constatarem fatos que possam comprometer os custos ou os resultados dos programas, desde que também estejam presentes indícios de irregularidades na gestão orçamentária.
- Ⓓ Os tribunais de contas alertarão os poderes quando os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontrarem acima de 90% dos respectivos limites.
- Ⓔ Os tribunais de contas somente devem emitir alertas quando a despesa com pessoal ultrapassar o limite de 95% e quando a dívida mobiliária exceder o limite definido no Senado Federal.

Questão 88

Acerca do relatório da gestão fiscal (RGF), assinale a opção correta com base na LRF.

- Ⓐ O RGF do Poder Executivo não se limita à despesa com pessoal, devendo apresentar comparativo com os limites de despesa total com pessoal, das dívidas consolidada e mobiliária, das concessões de garantias e das operações de crédito, além das medidas corretivas e dos demonstrativos exigidos no último quadrimestre.
- Ⓑ Entre os demonstrativos obrigatórios do RGF constam, no último quadrimestre, a relação das despesas liquidadas e empenhadas, bem como um demonstrativo da execução das renúncias de receita e das licitações realizadas no exercício.
- Ⓒ O RGF deve ser publicado em até 60 dias após o encerramento do quadrimestre, podendo sua publicação se restringir ao diário oficial do respectivo ente, sem necessidade de divulgação eletrônica.
- Ⓓ O RGF deve ser emitido ao final de cada bimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos, em consonância com a periodicidade do relatório resumido da execução orçamentária.
- Ⓔ A assinatura do RGF é prerrogativa exclusiva dos chefes dos Poderes e órgãos, sendo vedada a inclusão de outros responsáveis, com vistas à garantia da centralização de responsabilidade.

Questão 89

Uma equipe de auditoria foi designada para realizar um trabalho de relatório direto, com o objetivo de avaliar o quanto as rubricas incluídas na folha de pagamento de determinado órgão público são aderentes ao que dispõem as leis que regem a matéria.

Nesse caso hipotético,

- Ⓐ esse tipo de trabalho dispensa a obtenção de evidência de auditoria.
- Ⓑ o referido trabalho consiste em uma auditoria operacional.
- Ⓒ o escopo da auditoria deverá incluir as obras públicas em andamento no órgão auditado.
- Ⓓ a equipe de auditoria deve focar prioritariamente a eficiência da gestão pública.
- Ⓔ a auditoria é de conformidade.

Questão 90

Tendo em vista que a elaboração do plano anual de fiscalização de um tribunal de contas é, normalmente, feita com base em critérios de materialidade, risco e relevância do programa ou atividade pública, assinale a opção correta de acordo com as normas aplicáveis à auditoria operacional.

- Ⓐ O risco é baixo se o programa ou atividade consome baixo volume de recursos financeiros.
- Ⓑ O risco é considerado mais elevado quanto menor for a probabilidade da ocorrência do evento a ele associado.
- Ⓒ Relevância é a medida da probabilidade e do impacto resultantes da ocorrência de um evento indesejado.
- Ⓓ O conceito de risco está associado principalmente à importância social do programa ou atividade.
- Ⓔ O volume de recursos financeiros envolvidos no programa ou atividade é um aspecto a ser considerado na determinação da materialidade.

Questão 91

Durante uma auditoria de demonstrações contábeis, ao identificar distorções, o auditor deve

- Ⓐ deixar de registrá-las, ainda que relevantes, caso sejam corrigidas pela administração.
- Ⓑ comunicá-las à administração ou aos responsáveis pela governança e, caso não sejam corrigidas, avaliar se elas são relevantes e se podem impactar a opinião de auditoria.
- Ⓒ modificar a opinião de auditoria em relação às distorções corrigidas pela administração, ainda que pouco relevantes.
- Ⓓ avaliar se são relevantes e, nesse caso, comunicá-las à administração ou aos responsáveis pela governança.
- Ⓔ evitar comentá-las com representantes da administração até que o relatório da auditoria esteja concluído.

Questão 92

Em relação a uma auditoria de obras públicas que vise avaliar a conformidade dos atos e contratos com os dispositivos da Lei n.º 14.133/2021, assinale a opção correta.

- Ⓐ O orçamento detalhado do custo global da obra integra o projeto básico.
- Ⓑ Serviços de engenharia diferem das obras pelo fato de eles não constituírem atividades estabelecidas, em lei, como privativas de determinadas profissões.
- Ⓒ Se a contratação incluir a incorporação de materiais e equipamentos à obra, dispensa-se a sua indicação no projeto básico.
- Ⓓ Sondagens e ensaios geotécnicos, quando necessários, são dispensáveis na fase de elaboração do projeto básico, mas imperativos na preparação do projeto executivo.
- Ⓔ Para ser caracterizada como obra, a atividade deve ser estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de engenheiro, arquiteto ou técnico em edificações.

Questão 93

Incluem-se entre os elementos que compõem o escopo da auditoria de conformidade, considerados no preenchimento das colunas da matriz de planejamento,

- Ⓐ possíveis achados, causas dos achados e procedimentos e técnica.
- Ⓑ objetivo da auditoria, causas dos achados e informações requeridas.
- Ⓒ causas dos achados, questões de auditoria e procedimentos e técnica.
- Ⓓ possíveis achados, informações requeridas e procedimentos e técnica.
- Ⓔ possíveis achados, causas dos achados e fontes de informação.

Questão 94

Ao planejar os testes de controle e de detalhes em uma auditoria de demonstrações contábeis, o auditor deve

- Ⓐ deixar de usar amostragem e executar testes de detalhes em toda a população, se a distorção esperada for baixa.
- Ⓑ considerar a possibilidade de usar amostra maior para os testes de detalhes se a distorção esperada for alta.
- Ⓒ estabelecer o tamanho da amostra para testes de controle a partir da avaliação da taxa esperada de desvio com base no resultado dos testes de detalhes executados no planejamento da auditoria.
- Ⓓ reduzir o tamanho da amostra para aplicação dos testes de controle se a taxa esperada de desvio for inaceitavelmente alta.
- Ⓔ deixar de executar testes de controle se a taxa esperada de desvio for muito baixa.

Questão 95

De acordo com as normas internacionais aplicáveis à auditoria governamental, a auditoria do setor público pode ser descrita como

- Ⓐ a obtenção e avaliação objetiva de evidências das informações ou das condições reais de um objeto, para compará-las com critérios aplicáveis.
- Ⓑ uma avaliação subjetiva das informações da gestão ou das condições reais de um objeto.
- Ⓒ um processo não sistemático, no qual o auditor tem ampla liberdade para formar sua opinião a partir de sua própria sensibilidade.
- Ⓓ a produção de informações relevantes para a administração do órgão auditado, sem utilidade para os órgãos do Poder Legislativo.
- Ⓔ a investigação e punição de falhas funcionais.

Questão 96

Na auditoria de conformidade, a técnica que envolve o olhar do auditor para um processo ou procedimento enquanto este é realizado por outros é denominada

- Ⓐ observação.
- Ⓑ circularização.
- Ⓒ revisão analítica.
- Ⓓ exame documental.
- Ⓔ conferência de cálculos.

Questão 97

De acordo com as normas internacionais aplicáveis à auditoria governamental, a evidência de auditoria deve ser

- I suficiente no que se refere à quantidade.
- II inédita no que diz respeito à produção pelo auditor.
- III apropriada quanto à relevância, à validade e à confiabilidade.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 98

De acordo com as normas internacionais que regem a auditoria operacional, antes da emissão do relatório de auditoria pelo tribunal de contas, o auditor elabora o relatório preliminar de auditoria, o qual

- Ⓐ não contém as conclusões da auditoria.
- Ⓑ não abrange os achados de auditoria.
- Ⓒ ainda não menciona as recomendações de auditoria que o auditor pretende propor.
- Ⓓ ainda não leva em consideração os comentários da entidade auditada sobre os achados, as conclusões e as recomendações.
- Ⓔ ainda não registra claramente o critério de auditoria.

Questão 99

Em auditoria do sistema contábil e financeiro informatizado utilizado pela administração pública municipal, um auditor pretende verificar se os registros de liquidação da despesa refletem fielmente os documentos comprobatórios que os suportam.

Nesse caso hipotético, o auditor deve executar especificamente, para a verificação pretendida, testes de

- Ⓐ exatidão do processamento.
- Ⓑ duplicação manual dos processos executados pelo sistema.
- Ⓒ segurança do acesso aos dados.
- Ⓓ autenticidade dos dados.
- Ⓔ integridade dos dados.

Questão 100

Em auditoria de conformidade, a documentação da auditoria deve ser organizada de modo a fornecer uma ligação clara e direta entre

- Ⓐ a política avaliada e sua efetividade.
- Ⓑ os registros contábeis e as demonstrações financeiras.
- Ⓒ a independência do auditor e sua competência técnica.
- Ⓓ os achados e as evidências que os suportam.
- Ⓔ o desenho do programa governamental e sua implementação.

Espaço livre